

Luís Manuel Neves Costa\*

### **Conhecer para Ocupar. Ocupar para Dominar. Ocupação Científica do Ultramar e Estado Novo.**

#### R E S U M O

*Com a Conferência de Berlim (1885) altera-se o paradigma de posse dos espaços coloniais. Os direitos históricos cedem lugar aos títulos de Ocupação Efectiva desses territórios. Após a ocupação militar e administrativa impunha-se a ocupação científica. Impunha-se conhecer melhor para melhor dominar os territórios e desse modo demonstrar às restantes potências coloniais europeias, que os territórios africanos distribuídos estavam a ser efectivamente ocupados. A Ocupação Científica dos espaços coloniais emerge como forma de ocupação efectiva dos espaços ultramarinos e, em simultâneo, como de afirmação no plano internacional dessa mesma ocupação. Diversas áreas científicas concorrem como instrumentos e argumentos essenciais da Missão do Estado colonial ao longo do III Império português, emergindo para tal, diversas instituições com o propósito de estudar para conhecer para melhor ocupar, explorar e dominar os espaços além-mar.*

*Palavras-Chave: Portugal; Império Colonial; Ocupação Científica.*

#### A B S T R A C T

*With the Berlin Conference (1885) the colonial space possession paradigm is changed. The historical rights give way to the Effective Occupation of these territories. After the military and administrative occupation, the scientific occupation was imposed. Better knowledge was required to allow for a better domination of the territories and thus demonstrate to the remaining European colonial powers that the distributed African territories were being effectively occupied. As such, the Scientific Occupation of the colonial spaces rises as an effective occupation technique of the overseas spaces, and simultaneously as a form of international statement regarding that occupation. Several scientific areas compete as instruments and arguments essential for the Colonial State's Mission, throughout the III Portuguese Empire, with the emergence of several institutions aiming to study, investigate, better occupy and dominate the overseas spaces.*

*Keywords: Portugal; Colonial Empire; Scientific Occupation.*

### **Colonização e Ciência: uma introdução.**

A colonização apresenta uma descontinuidade geográfica e cultural e, ao mesmo tempo, uma relação de domínio entre a metrópole e as Colónias. A distância geográfica, as diferenças étnicas e culturais, a desigualdade política, económica e social tornam possível a emergência

de um *corpus* de conhecimento específico assumindo múltiplas funções <sup>1</sup>. Neste sentido, o colonialista e professor da Escola Colonial, Lourenço Cayolla (1912), define colonização como sendo:

“a sciencia que ensina como se formam e constituem novas sociedades civilisadas, em regiões onde os seus habitantes viviam antes sem conhecimento das leis e usos dos povos dominadores e portanto sem obediencia a essas leis e usos, e sem tirarem do sólo, apto á exploração e cultura de diversos productos, as riquezas que elle encerra, ou pode fornecer. Daqui se infere logicamente que colonias são novas sociedades que caminham para um estado perfeito de civilização, fundadas por uma nação dominadora e submettidas por ella a um regimen particular, sob a sua administração” <sup>2</sup>.

Para colonizar importa conhecer o espaço e realidade do *Outro*, construindo novos conhecimentos que dão forma a uma expressão estética do colonialismo e corpo a uma espécie de ‘acompanhamento musical’ da dominação <sup>3</sup>. Estes novos conhecimentos construídos pela exploração e pela investigação científica procuram, ao mesmo tempo, entreter, seduzir e criar um imaginário na sociedade da metrópole que participa, desse modo, no processo de propaganda colonial. Sendo o conhecimento científico, uma construção social e cultural historicamente contextualizada, produto da sociedade ocidental, ao ser levado para os trópicos, inscreve-se num exercício do poder colonial.

Ao viajar, ao observar novos espaços, ao tomar contacto com o *Outro* (e pretender colonizar esses novos espaços e esse *Outro*), o Europeu constrói um discurso que reflecte e cataloga novas realidades, conduzindo a uma apropriação discursiva dessas mesmas realidades <sup>4</sup>. O contacto com novos espaços e novas gentes conduz inevitavelmente a uma *re*-configuração efectiva (e afectiva) da conquista, da posse, do querer colonizar. Os conhecimentos produzidos sobre a natureza dos novos espaços, sobre os novos povos, numa linha naturalista (por tradição masculina, eurocêntrica, na linha de Lineu ou Humboldt), permitem estabelecer a posse intelectual e abstracta de um saber e da natureza, com traços sugestivos da idealização do viajante/ colonizador expressando o seu desejo de posse. O marco *divisório* através do qual o europeu julga e classifica a sociedade nativa é a escravatura. Esta estabelece a divisão básica entre o *Eu* e o *Outro*, sendo o *Outro* percebido como brutal e inferior <sup>5</sup>. O europeu no contacto com novos espaços e novas gentes, vai produzir novas representações e novos conhecimentos sobre o mundo não europeu. Vai emergir um *saber* colonial.

Nesta lógica, com as ciências coloniais emerge uma nova cultura. A colonização enquanto fenómeno cultural, faz a destriça entre o colonizador com conhecimento e o colonizado ignorante. A ciência nas colónias é antes de mais, um instrumento de controlo, de

---

\* Mestre em Antropologia Médica e doutorando em Antropologia (especialidade Social e Cultural), na Faculdade de Ciências e Tecnologia (Departamento de Ciências da Vida/ Antropologia) da Universidade de Coimbra.

<sup>1</sup> Pierre Singaravélou, *Professer l'Empire: Les 'sciences coloniales' en France sous la IIIe République* (Paris: Publications de la Sorbonne, 2009).

<sup>2</sup> Lourenço Cayolla, *Sciencia de Colonisação* (Lisboa: Typographia da Cooperativa Militar, 1912), 1-2.

<sup>3</sup> Edward W. Said, *Culture et Impérialisme* (Paris: Fayard-Le Monde diplomatique, 2000).

<sup>4</sup> Mary Louise Pratt, *Imperial eyes: travel writing and transculturation* (London: Routledge, 1992).

<sup>5</sup> *Ibidem*.

dominação e um vector do imperialismo ocidental<sup>6</sup>. Conhecer para *poder* intervir, *vigiar* para disciplinar e regulamentar o *Outro*.

Os interesses, as motivações e as produções da ciência reconfiguram-se no tempo. A emergência do saber científico no espaço colonial é concomitante à expansão europeia<sup>7</sup>, fluindo, portanto, de um centro (metrópole) para a periferia (espaço colonial)<sup>8</sup>. Os espaços ultramarinos tornaram-se o espaço de recolha de dados científicos, ao passo que o trabalho de análise é realizado na metrópole, tornando-se as colónias beneficiárias do saber europeu<sup>9</sup>. As Missões de estudo científico no espaço colonial estão embutidas de uma função ideológica, exterior à própria ciência embora tenham sido criadas dentro de uma perspectiva e lógica científicas, como instrumento de excelência para a abertura e conhecimento de África<sup>10</sup>.

A partir das ciências da metrópole mobilizam-se conhecimentos que fundam novas sub-especialidades (história e geografia coloniais, direito e economia coloniais, psicologia indígena, medicina colonial...), conduzindo à criação de novas instituições de ensino e de investigação coloniais. Para tornar eficiente a ocupação científica do espaço colonial, criam-se na metrópole instituições de ensino que visam difundir as ciências coloniais e formar agentes coloniais dotando-os de um saber localizado. A institucionalização dos saberes coloniais permite analisar conjuntamente dois processos fundamentais: a profissionalização dos agentes da colonização e o movimento da construção disciplinar. A maioria dos saberes coloniais são produzidos, ou pelo menos “traduzidos” dentro do quadro do ensino superior da metrópole<sup>11</sup>. O ensino superior colonial constitui um espaço de encontro e de troca entre universitários e administradores, entre políticos e homens de propaganda política. Neste sentido, a ciência afigura-se como um elemento orgânico para a colonização, assumindo-se aquela, como uma “*missão civilizadora*”. O conceito de “*missão civilizadora*” é anterior à colonização europeia dos séculos XIX e XX.

Para Portugal e Espanha, antes do século XVIII, cada “*missão civilizadora*” estava assente em pressupostos religiosos. Com o século XIX a ciência substituiu a religião, emergindo como motivo para a colonização, com missão de conduzir a humanidade a um nível superior de evolução. A par de objectivos económicos, a “*missão civilizadora*” (tendo a ciência como essência) torna-se, não apenas como um potente argumento para a ideologia da colonização e imperialismo, mas também como uma forma radicalmente nova de olhar o mundo e de (re)organizar a sociedade. A “*missão civilizadora*” tornou-se parte de uma nova ordem social dos estados europeus<sup>12</sup>.

<sup>6</sup> Pierre Singaravélou, *Professer l'Empire: Les 'sciences coloniales' en France...*

<sup>7</sup> George Basalla, “The spread of western science”, *Science*. (Vol. 156, 1967): 611-622.

<sup>8</sup> George Basalla explica através de um modelo triangular, a difusão do conhecimento científico ocidental para o mundo não ocidental. Na fase 1, a sociedade não científica é a fonte de recursos para a ciência europeia (os conhecimentos nesta fase, são a extensão das explorações geográficas e dos recursos naturais); a fase 2, assinala o período da ciência colonial e a fase 3 completa o processo, traduzindo a luta para a autonomização da ciência.

<sup>9</sup> George Basalla, “The spread of western science”, *Science...*

<sup>10</sup> Emmanuelle Sibeud, *Une Science Impériale pour l'Afrique ? La construction des savoirs africanistes en France 1878-1930* (Paris: Éditions de L'École des Hautes Études en Sciences Sociales, 2002).

<sup>11</sup> Pierre Singaravélou, *Professer l'Empire: Les 'sciences coloniales' en France...*

<sup>12</sup> Patrick Petitjean, “Science and the “Civilizing Mission”: France and the Colonial Enterprise” in *Science across the European Empires 1800-1950*. ed. Benedikt Stuchtey (OUP/German Historical Institute, London, 2005), 107-128.

O facto de se identificar a ciência com o progresso, permite o estabelecer e o partilhar numa rede social, dos valores coloniais pela comunidade de cientistas. A ciência, como “*missão civilizadora*” mobiliza o altruísmo individual e colectivo como base moral da colonização, tornando-se esta perspectiva mais acentuada especialmente após a I Guerra Mundial <sup>13</sup>.

A ciência é por natureza, altruísta, tornando-se a colonização um imperativo moral das nações civilizadas, para benefício dos povos “atrasados” das colónias (a ciência traria as virtudes do progresso aos povos colonizados) e como importante instrumento para explorar os recursos naturais que os indígenas não eram capazes de explorar. A ciência surge como veículo de civilização e progresso.

Este argumento assenta num certo universalismo plasmado na fórmula “the sun in the Indies does not only shine for the Indies” <sup>14</sup> e num determinado racismo, quando se assume que o espaço colonial é “inhabited by sleepy and languid peoples, or by tribes who are incoherent, devoid of any sense of progress, and unable to exploit the regions where destiny placed them” <sup>15</sup>. Assim, a ciência como elemento de dominação e veículo privilegiado da *missão civilizadora*, dentro do entendimento e perspectiva ideológica colonial, vai cativar e mobilizar cientistas e intelectuais para a sua causa <sup>16</sup>. Os *homens de ciência* desempenham um papel crucial na empresa colonial, tornando-se verdadeiros agentes da colonização na medida em que o seu trabalho visa fomentar e legitimar a expansão ultramarina por um lado, e determinar o modo de governar as colónias, por outro lado.

Importa realçar o papel da antropologia britânica no instituir do sistema do *indirect rule* nas colónias africanas da coroa inglesa. Para assegurar o domínio das possessões africanas, nenhum sistema colonial apenas contou com o poder da força e com o poder do aparelho ideológico assente em discursos e narrativas justificativos da sua *missão civilizadora*. Outras estratégias se alinharam, desenvolveram e aperfeiçoaram no decorrer do processo de administração dos espaços coloniais. Entre elas o *direct* e o *indirect rule* a partir dos quais fluem os sistemas de assimilação. Ambos os sistemas visam atingir um fim semelhante – o domínio do *Outro*. Contudo, os britânicos conferiram um ênfase, uma forma teórica e amplitude precisas, dentro de uma configuração de teoria geral de administração dos povos colonizados ao sistema do *indirect rule*. Facto este, só possível graças à imprescindível colaboração da antropologia social na fase de constituição da antropologia aplicada aos espaços africanos.

Contudo, muitos cientistas não se cingem simplesmente aos ditames e propósitos das autoridades coloniais, mas desenvolvem também a sua própria estratégia orientada pelos imperativos e restrições científicas e institucionais. Os “*agentes*” da ciência colonial dividiam-se entre duas posturas distintas: os que defendiam a construção de uma ciência pura e desinteressada e os que defendiam que a construção dos saberes coloniais funcionava como instrumento para a formação prática dos futuros colonos (contribuindo para a administração

---

<sup>13</sup> *Ibidem*.

<sup>14</sup> A. de Haulleville [1905] cit. por Christophe Bonneuil, “Crafting and Disciplining the Tropics: Plant Science in French Colonies” in *Science in the Twentieth Century*, eds. John Krige e Dominique Pestre (Amsterdam: Harwood Academic Publishers, 1997), 79.

<sup>15</sup> Leroy-Beaulieu [1874] cit. por Christophe Bonneuil, “Crafting and Disciplining the Tropics: Plant Science in French Colonies” in *Science in the Twentieth ...*, 80.

<sup>16</sup> Franz Fanon e outros autores, refutam este argumento, alegando que a “*Missão Civilizadora*” dos estados da Europa, mais não era que um modelo de definição Eurocentrista, de colonialismo e de exploração.

eficiente e prosperidade económica das colónias) e como instrumento para intervir na construção e desenvolvimento de um discurso sobre os méritos da colonização – legitimando o papel da potência colonial. Ambas as posturas (científica e político-ideológica) traduzem-se na construção e desenvolvimento de um discurso colonial fundado numa dimensão bipartida: o conhecimento e valorização do espaço colonial (como modalidade de acção) e a dimensão da *missão civilizadora* da colonização (como uma *missão* justificativa da intervenção “humanitária”).

### Portugal e Ciência Além-Mar

O início do interesse científico dos portugueses por espaços ultramarinos coincide com os tempos da expansão quinhentista. As expedições científicas empreendidas através do continente africano, para além do espírito pioneiro de investigação, visavam consolidar a presença portuguesa no território e estudar as condições ambientais com o intuito de facultar um bom nível sanitário às populações locais e favorecer a adaptação do europeu no espaço tropical. Serpa Pinto, Roberto Ivens e Hermenegildo Capelo, exploradores que empreenderam uma missão de reconhecimento científico e geográfico através da Expedição Geográfica à África Austral, sob o patrocínio da *Sociedade de Geografia de Lisboa*, que atribui particular ênfase à exploração do continente africano. Estes exploradores tinham como objectivos, fixados pela lei de 12 de Abril de 1877, o proceder a estudos geográficos, a observações magnéticas, recolher informações do clima, hidrologia, estudo das raças, dos usos e costumes, política e religião, assim como estudar, desenhar e coleccionar produtos histórico-naturais. Do conjunto das várias expedições e explorações dos territórios compreendidos entre Angola e Moçambique resultou o ambicioso plano de Portugal para exercer soberania sobre esses territórios, ligando a costa Atlântica à costa do Índico materializado no *Mapa Cor-de-Rosa* (1886), integrando a nova estratégia saída da Conferência de Berlim (1885) para o continente africano, que privilegiava a *ocupação efectiva* através da exploração e colonização em detrimento dos direitos históricos.

Desde as descobertas *quinhentistas* que Portugal pela da mão dos seus exploradores ou missionários, produziu conhecimento sobre as novas realidades ultramarinas, a partir das observações, descrições e interpretações. O papel dos portugueses enquanto pioneiros da investigação científica no espaço tropical estava prejudicado pela ausência de uma tradição da investigação sistemática das várias temáticas que assegurasse a continuidade e fizesse escola<sup>17</sup>.

Em finais do século XIX, com a criação da *Comissão de Cartografia* (1883) pelo Ministério da Marinha e do Ultramar, assiste-se ao aparecimento de uma organização mais sistemática e permanente de investigação científica no ultramar, embora limitada a estudos de geografia e cartografia, na medida que era premente cartografar as possessões ultramarinas e delimitar as suas fronteiras com as colónias vizinhas. Outros aspectos científicos do ultramar continuavam a ser estudados dispersamente por sociedades científicas, museus,

---

<sup>17</sup> Orlando Ribeiro, *Problemas de Investigação Científica Colonial*: Colóquio realizado na Junta de Investigação Coloniais em 30 de Dezembro de 1949 (Lisboa: Ministério das Colónias. Junta de Investigações Coloniais, 1950), 1-23.

estabelecimentos de ensino superior ou a título individual<sup>18</sup>. Os coloniais reconheciam a necessidade da investigação científica dos novos espaços dos trópicos. O papel da ciência no contexto pós-conferência de Berlim foi decisivo para demonstrar o empenho dos estados europeus na exploração de África. Com as expedições empreendidas a África, Portugal, através do conhecimento científico das suas possessões pretendia alinhar com a nova política europeia, transitando do “*princípio dos direitos históricos*” para o “*princípio da ocupação efectiva*”. O programa de ocupação científica de África, com preparação institucional e em moldes modernos, estava a começar por se alinhar e efectivar.

No I Congresso Colonial (em 1901) reclama-se a “implementação de serviços meteorológicos, a organização de comissões de estudo para a fixação dos núcleos de população portuguesa, o estabelecimento dos serviços sanitários e de assistência aos indígenas e dos serviços de agrimensura”<sup>19</sup>. Enquanto no II Congresso (de 1924) o estudo científico das colónias é debatido com maior ênfase, sendo apresentada a tese, *Reconhecimento Científico das Colónias – Missões Económicas às Colónias* pelo Secretário da Sociedade de Geografia, Almirante Ernesto de Vasconcelos, argumentando que o estudo científico das colónias é a base de toda a sua administração. A investigação científica assumirá a centralidade dos debates do III Congresso Colonial (em 1930), saindo reforçada a ideia da necessidade de intensificar o estudo dos domínios coloniais.

Temos que a política colonial seguida na I República, tendente para a descentralização administrativa, para a autonomia financeira e aposta na economia das colónias é em grande medida herdada da Monarquia<sup>20</sup>. Após a I Guerra Mundial e a ditadura de Sidónio Pais, retomam-se as “campanhas de pacificação” com o propósito da ocupação efectiva dos territórios, pela sua administração civil e militar efectiva e de preparar a fixação de emigrantes da metrópole. Este novo quadro impõe-se perante a necessidade de alinhamento com as exigências da Sociedade das Nações, de empreender políticas de desenvolvimento económico e exercer uma missão civilizadora em benefício dos povos colonizados. Nesta linha, impõe-se a construção de infraestruturas (estradas, caminhos de ferro, portos, habitação, hospitais) a par do desenvolvimento de diversas áreas fundamentais (agricultura, pecuária, indústria). Importa melhor conhecer as colónias, os seus recursos e potencialidades, para melhor administrar. Assim, a ciência emerge como um precioso instrumento para melhor conhecer, para melhor possuir, para melhor explorar. Este perfil da ciência, enquanto instrumento económico e de administração, transpõe na análise das teses apresentadas no II Congresso Colonial.

O interesse científico pelas colónias renova-se e intensifica-se ao longo do tempo, desenvolvendo-se diversos estudos nas mais diversas áreas do saber: Bacelar Bebiano desenvolve estudos de geologia em Angola (1917), Mimoso Guerra trabalha na Missão Geográfica (1921), Baeta Neves participa numa Missão Geográfica a Cabo Verde (1926 a 1931), as expedições de Luís Carriço a Angola para estudo da Botânica (1927 – 1937), entre

---

<sup>18</sup> João Tendeiro, *A Investigação Científica no Ultramar Português*: Semana do Ultramar (Lisboa: Sociedade de Geografia de Lisboa, 1958).

<sup>19</sup> Santa-Rita, J.G. 1940. “A Investigação Científica Portuguesa nos Últimos 100 anos.” *In Congresso do Mundo Português. Memórias e Comunicações apresentadas ao Congresso Colonial* (Lisboa: Comissão Executiva dos Centenários. Secção de Congressos. Volume XIV, Tomo I, Secção I), 21.

<sup>20</sup> Valentim Alexandre, “Configurações políticas 1890-1930” *In Francisco Bettencour e Kirti Chaudhuri, “História da Expansão Portuguesa”, Vol.4, (Lisboa: Circulo de Leitores), 89-211.*

outras. Ciência (botânica, zoologia, geologia, antropologia, medicina, entre outras) e projecto colonial caminham de mãos dadas, contudo, o empenhamento na investigação dos territórios tropicais é insuficiente. O catedrático de Coimbra, Ferraz de Carvalho reconhece este facto:

“Tem sido dito e redito que não há em Portugal grande interesse pelo conhecimento científico das nossas colónias. À parte trabalhos isolados, esforços individuais, mencionando alguns publicados, o do Dr. Júlio Henriques, sobre a flora de S. Tomé, o do General Freire de Andrade, sobre a geologia da África Oriental Portuguesa, estudos metódicos, organizados, faltavam-nos até há pouco tempo. Começaram com o estabelecimento do serviço geológico de Angola (...) e com o envio da Missão de estudos geológicos à província de S. Tomé e Príncipe (...)”<sup>21</sup>.

Na Conferência da “*Semana das Colónias*” realizada na Sociedade de Geografia de Lisboa, na noite de 24 de Maio de 1928, o professor de Botânica da Universidade de Coimbra, Luís Carriço, aborda a questão do atraso do conhecimento científico relativo às possessões ultramarinas nas diversas áreas do saber, ilustra esta situação, relatando o seguinte episódio, no caso concreto da sua área de investigação:

“Há tempos, tive de me dirigir ao Jardim Botânico de Kew, em Londres, solicitando uma informação relativa à Província de Moçambique. A resposta foi-me dada em carta, que guardo nos arquivos do Instituto Botânico de Coimbra, e da qual extraio a seguinte frase: ‘There is probably no part of Africa of which the flora has been so little investigated as Portuguese East-Africa’ ”<sup>22</sup>.

Nos primeiros anos do Estado Novo, era voz corrente que em Portugal havia pouco interesse pelo conhecimento científico das colónias. Perante um panorama de investigação pouco animador, Luís Carriço traça o diagnóstico da situação identificando os problemas e as respectivas causas:

“O nosso atraso é muito grande, e o trabalho que temos a realizar para nos pormos a par das outras nações é verdadeiramente árduo. E, o pior, é que não estamos preparados para esse trabalho: não dispomos de bases científicas convenientemente organizadas, nem de pessoal suficiente, em qualidade e em quantidade. A investigação científica, entre nós, está quase exclusivamente concentrada nas Universidades, e as Universidades têm-se desenvolvido na quase completa ignorância da nossa vida colonial. São raros os professores universitários que têm, do Ultramar português, um conhecimento directo: são mais facilmente atraídos pelos centros científicos da Europa civilizada, do que pelos mistérios que a África ainda quase virgem oferece ao seu saber. Seja dito também, em abono da verdade, que o Estado não os tem solicitado para este campo. O pouco que tem saído das Universidades, em matéria de investigação científica colonial, é devido a iniciativas isoladas”<sup>23</sup>.

Carriço enaltece o papel de Júlio Henriques que em 1903 empreende uma missão de estudo da flora de S. Tomé, missão essa que o conduziu a uma profícua produção científica,

<sup>21</sup> Anselmo Ferraz de Carvalho, “A Investigação Científica nas Colónias Portuguesas”, *Boletim Geral das Colónias* (Vol. III, n.º 23, 1927), 126.

<sup>22</sup> Luís W. Carriço, “Investigação Científica Colonial”, *Boletim Geral das Colónias* (Lisboa: Agência Geral das Colónias, vol. IV, n.38, 1928), 28.

<sup>23</sup> Luís W. Carriço, “A história Natural e o Ultramar Português”, *Boletim da Agência Geral das Colónias* (Lisboa: Agência Geral das Colónias, Vol. XII, n.º132, 1936), 68.

vertida numa monografia de referência<sup>24</sup>, única na bibliografia dos estudos coloniais de então, salientando que na sua qualidade “... de professor universitário de um país colonial lhe impunha o dever de se ocupar das questões coloniais”<sup>25</sup>. Cabia portanto, aos homens de ciência, cumprir com uma obrigação enquanto ‘agentes’ do estado colonial – desenvolver estudos sobre o espaço ultramarino para que este possa ser conhecido, valorizado e ocupado efectivamente alcançando “perante o mundo civilizado, um dos melhores títulos de posse”<sup>26</sup>. Importa conhecer para valorizar o espaço africano.

Mais do que terra de degredo, África como potencial destino para os habitantes da metrópole, à semelhança do que sucede para outros destinos (Brasil, Estados Unidos) onde os portugueses se dispersaram. Para inverter essa situação Carriço salienta a urgente necessidade de propaganda do espaço colonial extra-europeu, cabendo à investigação, divulgar as características e potencialidades dessas possessões:

“É preciso fazer compreender ao povo que essa costa de África não é uma espécie de inferno terrestre para onde só vão os relegados os desgraçados que estiverem a contas com a justiça dos homens. É preciso dizer-lhes que essa terrível costa de África não é tão má como parece, e que atrás desta costa se estende uma terra abençoada, que pode dar de comer a muitos milhões de portugueses. É preciso dizer-lhes que essa terra é tão portuguesa como aquela que suportou os seus primeiros passos: que em lugar de se irem Gastar como hóspedes em terra estranha, ali podem trabalhar como em casa sua, e ganhar honradamente a sua vida, na companhia de seus irmãos de raça (...)”<sup>27</sup>.

Investigar cientificamente para melhor conhecer fornece as bases para uma administração racional dos recursos das colónias, orientando o colono nas suas acções. Cabe a tarefa de difundir inicialmente o conhecimento sobre as colónias, de fazer a sua propaganda, quem delas tem um conhecimento directo – os *professores*. A ciência desempenha um papel fulcral na mudança de mentalidades na metrópole<sup>28</sup>, catalisando o interesse e atenção da sociedade de forma a atrair a vinda de novos colonos.

Mas a questão da mudança de mentalidades na sociedade da metrópole em relação às possessões africanas, não era uma questão actual, o que deixa antever um certo desinteresse, longo no tempo, em relação a África e Ásia. Informar a sociedade era uma questão premente que necessitava de uma acção de propaganda, para a qual contribuía indubitavelmente o conhecimento científico das possessões nos trópicos. Pela leitura das *Actas das Sessões da Sociedade de Geografia* de Março de 1879, esse desinteresse e necessidade de mudar fica bem patente. Escreve Simões Raposo:

“... seria conveniente que se propagasse primeiro entre o povo uma ideia diversa do que elle tem hoje acerca da nossa África; o povo não sabia das riquezas d’aquelle uberrimo continente; sabia

<sup>24</sup> Boletim da Sociedade Broteriana (vol. XXVII, 1917).

<sup>25</sup> Luís W. Carriço, “Investigação Científica Colonial” ..., 8.

<sup>26</sup> *Ibidem*, 18.

<sup>27</sup> *Idem*, 13-14.

<sup>28</sup> A realização da Exposição Colonial do Porto, as actividades desenvolvidas pela SGL e pela Agencia Geral das Colónias, a excursão escolar dirigida pelo Prof. Carriço, e as diversas missões de estudo às colónias, contribuíram para uma gradual mudança da mentalidade colonial na metrópole.

somente que era a terra para onde iam os degredados. Que a propaganda deveria começar na escola primária e ser depois continuada nos liceus...”<sup>29</sup>

A par da formação da mentalidade colonial na metrópole “...é indispensável não esquecer que as colónias exigem, em nome dos seus interesses mais vitais, que se leve a efeito, a sua ocupação científica, feita por portugueses, em terras bem portuguesas, e com dinheiro português”<sup>30</sup>. Destas transcrições, ressalta a questão da nacionalidade da ciência, deixando transparecer o entendimento que as missões científicas estrangeiras nos territórios portugueses eram vanguardas de penetração política. Importava conhecer o império pela mão dos cientistas portugueses e dá-lo a conhecer aos outros.

É através de missões de estudo que o conhecimento científico das colónias se promove e constrói. Através de missões temporárias, como os casos de estudo de Botânica, Zoologia, Geologia, entre outros:

“O trabalho do naturalista comporta, em geral, duas fases sucessivas: o trabalho no campo, que compreende a observação directa, a colheita de material de estudo, e a documentação acessória, fotografias, desenhos, *croquis*, etc., e o trabalho de gabinete que consiste precisamente no estudo desse material, estudo esse que exige normalmente colecções de comparação e abundantes recursos bibliográficos. Quanto à primeira fase, para o caso de investigações coloniais, é óbvio que o trabalho tem de se realizar nas colónias. (...) A segunda fase, a fase de estudo (...) dificilmente se pode realizar hoje em África. (...) A investigação colonial deve fazer-se por missões temporárias, organizadas na metrópole, e que, realizada uma campanha de colheita e observação na região a estudar, regressem à sua base científica metropolitana”<sup>31</sup>.

Ou através da instituição de missões de estudo permanentes:

“... nos domínios da sciencia pura, como nos da ciência aplicada, há trabalhos que não podem realizar-se por este processo, e que exigem instalações permanentes nas colónias.(...) organizadas por forma a manterem sempre relações estreitas com as bases científicas metropolitanas”<sup>32</sup>.

Desenvolver a investigação científica colonial, desenvolvendo o estudo de novos *objectos* de estudo específicos desses espaços a partir dos referenciais da ciência metropolitana, de forma a tornarem-se “... cada vez mais íntimos os laços que unem as colónias à Mãe Pátria e será essa a forma de naturalmente esse escol de homens de sciencia que, tendo dos nossos domínios um conhecimento directo, serão espontaneamente os seus melhores propagandistas e os formadores da mentalidade colonial portuguesa”<sup>33</sup>.

Com o Estado Novo nasce o debate da articulação da questão colonial com o conhecimento científico produzido em torno do espaço colonial e a respectiva perspectivação da sua institucionalização. Em diversos planos científicos são apresentadas e debatidas diversas

<sup>29</sup> Actas das Sessões da Sociedade de Geografia, 24 de Março, 1879.

<sup>30</sup> Armando Gonçalves Pereira, *A Ocupação Científica do Ultramar*: Conferência realizada no Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras, sob a presidência do Ministro das Colónias, em 18/Dez./1935, aquando da inauguração da Sala de Economia Colonial Portuguesa (Lisboa: Of. do Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras, 1936), 19.

<sup>31</sup> Luís W. Carriço, “Investigação Científica Colonial”..., 17-19.

<sup>32</sup> Luís W. Carriço, “Investigação Científica Colonial”..., 19.

<sup>33</sup> *Ibidem*, 20.

temáticas a partir do estudo e reflexão do espaço colonial, verificando-se todo um dinamismo em torno da produção dum conhecimento científico colonial. Colonizar significa poder dominar não só os recursos físicos e humanos mas também o poder dominar discursivamente, pensar e falar sobre os indivíduos e territórios subjugados, afirmando-se deste modo, o poder colonial<sup>34</sup>. No sentido da afirmação deste poder surgem novas instituições e outras vêm a fortalecer-se enquanto sedes de produção e de afirmação do saber colonial<sup>35</sup>.

Na vertente administrativa há a preocupação da institucionalização das ciências coloniais, o que se materializa, por exemplo, através da criação da *Junta das Missões Geográficas e de Investigações Coloniais*<sup>36</sup> (em 1936), representando o primeiro passo na planificação integrada da investigação científica, por forma a alcançar a efectiva ocupação científica do ultramar.

A *Junta* assumirá a tutela e coordenação das missões científicas às colónias<sup>37</sup>, alargando a ciência colonial a novos domínios resgatando Portugal do atraso relativamente a outras potências coloniais europeias. Passaria a contemplar no seu espectro, novas “missões científicas” no âmbito das ciências sociais e humanas, especialmente no domínio da antropologia e etnografia, para o que incorporou nos seus quadros especialistas do terreno e académicos. Com a *Junta* nasce um novo impulso que se traduziu nos anos imediatamente seguintes na criação de novas missões científicas às colónias e relançamento de outras já existentes, que permitissem alcançar os seus objectivos em torno do conhecimento científico do ultramar, divulgando esses estudos, através de proficuas publicações.

Após a ocupação administrativa, a unidade política e administrativa, é fundamental caminhar para a unidade económica do território, mas para que tal suceda plenamente, tal como preconiza o *Acto Colonial* (a solidariedade económica entre a Metrópole e o Império, assim como a *Constituição* e a *Carta Orgânica*), torna-se imperativo conhecer as colónias, as suas características e potencialidades a partir da investigação científica. Era o momento de erguer as condições e os dispositivos necessários para a ocupação científica.

Figuram como áreas fundamentais a desenvolver, os estudos geográficos (para conhecimento preciso do território e seus limites assim como aspectos da geografia física, humana e económica), de climatologia (para definirem os locais mais seguros para ser

<sup>34</sup> Mary Louise Pratt, *Imperial eyes...*

<sup>35</sup> Omar Ribeiro Thomaz, *Ecossistemas do Atlântico Sul: representações sobre o terceiro império português* (Rio de Janeiro: Editora UFRJ/ Fapesp, 2002).

<sup>36</sup> Pelo Decreto-Lei n.º 26.180 de 7 de Julho de 1936, Ministério das Colónias.

<sup>37</sup> Até à criação da *Junta das Missões Geográficas e de Investigações Coloniais*, concretizaram-se diversas missões científicas tuteladas por diversas instituições, como a Escola de Medicina Tropical (Missão para o estudo da Doença do Sono em Angola, em 1901; Missão a São Tomé e a Angola para o Estudo do Béri-béri e continuação do Estudo da Doença do Sono, em 1904; Missão à Ilha do Príncipe para o estudo da Doença do Sono, em 1907; Missão à Ilha do Príncipe para o estudo da Doença do Sono, entre 1911-1917; Missão a Moçambique para o estudo da Doença do Sono, em 1927; Missão à Guiné Portuguesa para o estudo da Doença do Sono, em 1932) (José Fraga de Azevedo, “O Instituto de Medicina Tropical”, *Anais do Instituto de Medicina Tropical*, Vol. 15, suplemento 1, 1958, 25-27) Missões executadas por nomeação governamental: Missão Hidrográfica de Moçambique, em 1929; a Missão Geográfica de Moçambique, em 1932. Missões financiadas pelo Instituto de Alta Cultura: I Missão Antropológica a África (Angola, em 1934), I Missão Antropológica a Moçambique (em 1936) entre outras (Joaquim R. Santos Júnior, “Contribuição para o estudo da Antropologia de Moçambique, Nhungués e Antumbas”, Porto: Tipografia Mendonça, 1944, 2).

estabelecerem zonas de colonização e definirem os princípios gerais da ecologia agrícola e colonial), da hidrografia, da geologia, da botânica (fundamentais para a economia agrícola e florestal). Contudo, “não basta conhecer o meio físico, vegetal e animal, é indispensável também que nos ocupemos desse elemento essencial de toda a colonização que é o indígena”<sup>38</sup>, sendo fundamental implementar e desenvolver investigação em torno da antropologia, etnografia, medicina, sociologia, linguística. Todos estes estudos perspectivam alcançar um corpo de saberes, enformados numa dimensão política e capitalizar um relevante substracto económico para o Estado colonial. O antigo Ministro do Ultramar Sarmento Rodrigues, no discurso de inauguração da *Semana do Ultramar* da *Sociedade de Geografia de Lisboa* (23 de Junho de 1958) é claro quanto aos objectivos:

“É preciso valorizar a terra portuguesa enriquecendo-a de homens e de produções; é preciso conhecer as riquezas potenciais, retirá-las do esquecimento e aproveitá-las: só uma actividade científica sistemática, intensa e bem orientada nos pode levar a bom termo. De resto, não foram outros os objectivos traçados à Investigação científica do nosso Ultramar pelo consagrado mestre Celestino da Costa: ‘o estudo das riquezas naturais, animais, vegetais e minerais’ ”<sup>39</sup>.

A formação dos grandes impérios europeus é acompanhada por uma institucionalização, sem precedentes de um *saber* sobre os territórios que se pretendiam dominar<sup>40</sup>. No Estado Novo a preocupação com a produção do saber colonial surge como forma privilegiada de Portugal defender os seus territórios, à semelhança do que acontecia nas colónias francesas, belgas, holandesa ou no império inglês. A diversidade das instituições responsáveis pela produção de um “saber colonial” assume uma preocupação central, na medida que estas instituições pretendem conhecer a fundo as possessões coloniais nas suas diversas vertentes, estudando-as nos seus múltiplos aspectos, por forma a implementar o exercício da relação: conhecer – dominar – possuir – afirmar:

“... São observatórios meteorológicos e astronómicos, ... museus de história natural e os jardins botânicos, ... os laboratórios de bacteriologia, de higiene, de parasitologia, de entomologia, de patologia tropical humana e veterinária, de agronomia aplicada, etc. Grande é a variedade dessas instituições e das soluções adoptadas... Mas todos os países coloniais sentem a importância do problema, vêm os olhos dos outros povos postos nas suas colónias e não se poupam a esforços para empreenderem eles próprios os seus estudos e não dependerem para tal do estrangeiro. Assim se defendem também as colónias”<sup>41</sup>.

A *Junta das Missões* vem reafirmar as condições e interesses da ocupação científica do ultramar. Impunham-se novos âmbitos de estudo e desenvolvimento<sup>42</sup>. Até aqui constata-se

<sup>38</sup> Armando Gonçalves Pereira, “*A Ocupação Científica do Ultramar*”..., 26.

<sup>39</sup> Manuel Maria Sarmento Rodrigues, *Prioridade Portuguesa das Investigações Científicas no Ultramar* (Lisboa: Sociedade de Geografia, 1958), 117-118.

<sup>40</sup> Edward W. Said, *Orientalismo: representações ocidentais do Oriente* (Lisboa: Livros Cotovia, 2004).

<sup>41</sup> Augusto Celestino da Costa, “A Investigação Científica Colonial”, *Congresso do Mundo Português: memórias e comunicações apresentadas ao congresso colonial: IX congresso* (Lisboa: Comissão Executiva dos Centenários. Tomo I. I Secção), 98.

<sup>42</sup> O trabalho de investigação levado a cabo pela *Junta das Missões*, nas mais diversas áreas, arrancou com as Missões Antropológicas, a primeira das quais a Moçambique (Junta das Missões Geográficas e Investigações Coloniais/ Ministério das Colónias, “Missões Antropológicas”, Decreto-Lei n.º 26842, de 28 de Julho de 1936).

uma descontinuidade no estudo, produção e reprodução do conhecimento científico a partir da realidade colonial (com excepção nos estudos de geografia e cartografia, que assumiram a centralidade dos objectivos e do âmbito de acção da Comissão de Cartografia), denotando-se uma certa marginalidade do trabalho científico colonial <sup>43</sup>.

A investigação científica colonial é entendida como uma valiosa arma política, em especial após a II Guerra Mundial, onde Portugal terá de demonstrar que ocupa efectivamente os territórios, demonstrando-o de forma científica. O saber colonial é um *saber-poder* na procura da construção de um argumento pertinente e justificativo da política colonial para divulgar interna e externamente.

Na *Semana Colonial* organizada pela *Sociedade de Geografia de Lisboa* em 1958, reservada a discutir os problemas da investigação científica nas províncias ultramarinas, a temática era apresentada como uma questão essencialmente política, para lá dos interesses científicos ou económicos. A ocupação científica do espaço colonial é essencialmente uma questão de política internacional, "... assunto de grande interesse, que transcende o plano puramente científico e, mesmo, o interesse económico ou humano, para tomar foros, quando tomado em conjunto com as realizações similares noutras regiões tropicais, de factor deveras importante de política internacional" <sup>44</sup>.

Bacelar Bebião presidente da *Junta das Missões Geográficas e de Investigações Coloniais*, elabora em 1941 um *Plano de Investigação Científica Colonial* <sup>45</sup> no qual insere várias sugestões veiculadas pelos congressistas do Congresso Colonial, respondendo às preocupações com a actividade científica no espaço além-mar. Este *Plano*, norteador de um "colonialismo científico", priorizava as pesquisas em geografia, hidrografia, geologia, botânica, zoologia e antropologia-etnologia, visando dar corpo às "ciências coloniais".

Perante o plano de ocupação científica apresentado em 1945, deixam-se antever certas imbricações entre o saber científico e as práticas coloniais. Surgem duas correntes de opinião: por um lado a de manter a Junta como organismo administrativo, dotado com um pequeno número de homens de ciência (admitidos como funcionários permanentes), por outro lado, a que pretendia a reconversão da Junta num instituto de investigação, aberto a todos os que

---

<sup>43</sup> Contudo verifica-se a excepção da *Escola Superior Colonial* (fundada em 1906 e reconfigurada ao longo do tempo, dando origem em 1954, ao Instituto Superior de Estudos Ultramarinos) que se dedica em exclusivo à produção/reprodução do saber colonial. Esta escola, foi criada para formar funcionários civis da administração dos territórios ultramarinos. Em 1907, um relatório do Ministério do Ultramar fundamenta e esclarece o papel desta escola, afirmando que "os países coloniais que com desvelo tratam do desenvolvimento dos seus territórios ultramarinos, cuja riqueza carinhosamente procuram alimentar e fazer progredir, não esquecem que a base essencial d'aquelle desenvolvimento reside na instrução apropriada dos que nas suas possessões empregam a inteligência e exercitam a actividade. Esta será tanto mais fecunda quanto mais util e solida for a instrução d'aquelles a quem a vida colonial attrae, ou se vêem obrigados a emigrar para afastadas regiões..." (Ministério dos Negócios da Marinha e Ultramar, "Organização, Programas e Regulamentos da escola Colonial", Lisboa: Imprensa Nacional, 1907: 2). Um objectivo permaneceu constante ao longo de todo o período colonial português: ministrar o ensino superior das ciências coloniais/ ultramarinas preparando quadros para a administração ultramarina e fomentar a investigação científica de questões ligadas à valorização dos territórios, do seu povoamento e estudo das populações e línguas locais.

<sup>44</sup> João Tendeiro, *A Investigação Científica no Ultramar Português ...*, 5.

<sup>45</sup> Projecto de "*Ocupação Científica do Ultramar Português. Plano elaborado pela Junta das Missões Geográficas e de Investigações Coloniais e o Parecer do Conselho do Império Colonial*" que só será aprovado em 1945 (Ocupação Científica do Ultramar Português, 1945).

quissem colaborar e demonstrassem possuir as qualidades necessárias, “sem por isso se tornarem funcionários e menos ainda burocratas”.

Os cientistas coloniais, embora influenciados a vários níveis pelo colonialismo, gozam de uma autonomia relativa, tornando-os opositores circunstanciais, de determinados projectos político-económicos<sup>46</sup>. Enquanto produtores de ciência, a institucionalização do novo objecto tende a ser criativa na colónia, enquanto que, na metrópole ele tende a influenciar o desenvolvimento das suas próprias instituições científicas.

A decisão ministerial pretende ser conciliadora. Marcelo Caetano, quando é nomeado ministro das Colónias (1944-1947) reorganiza<sup>47</sup> a *Junta de Investigações Coloniais*, explicitando os objectivos fundamentais da instituição: melhorar as condições económicas e físicas dos *indigenas* das colónias e em seguida explorar eficientemente os recursos coloniais e enfim contribuir para um melhor conhecimento do mundo. Essa enumeração das preocupações anunciadas por Marcelo Caetano introduz uma inversão hierárquica em relação aos objectivos dispostos nos períodos anteriores.

A “ciência pura” ou “desinteressada” é trocada por uma “ciência aplicada” preocupada com a institucionalização de novas práticas e políticas indigenistas, “aos propósitos ‘humanitários’ de melhoramento das condições de vida das populações indígenas, segue-se a crueza da expressão ‘explorar eficientemente’”<sup>48</sup>. A “vontade de saber” plasmada nas exigências administrativas, emerge como característica do domínio colonial português. Analisar as dinâmicas do domínio racional que, por um lado instrumentaliza os saberes e que, por outro, legítima as práticas desse domínio a partir de princípios “racionais”.

Com o conceito de ciências coloniais, flui uma nova cultura. São entendidas, segundo Worboys<sup>49</sup>, como formas de conhecimento aplicado “à produção de conhecimento sistemático, à provisão de benefícios materiais e à solução de problemas práticos”, apreendendo-se um novo objecto de estudo.

As ciências coloniais como argumento político, em especial no quadro da política internacional gravita na perspectiva da doutrina da “ocupação efectiva”, enquanto ocupação natural que se segue às ocupações militar e administrativa. Por outro lado, as ciências coloniais habilitam para uma melhor acção colonial, a qual “...dependeria de um conhecimento prévio do meio físico e humano sob intervenção, com vista à sua maximização quer em termos económicos quer em termos, dele decorrentes, do bem-estar das populações em presença”<sup>50</sup>. Um outro significado para o qual nos remete a expressão de “ciências coloniais” é que especificamente o conteúdo que lhe dá corpo, remete-nos para um espaço geográfico localizado, nos territórios de ocupação colonial.

Desta compreensão tripartida, podemos assumir a existência de duas posturas: a *pragmática* e a *académica*. Para o grupo que postula a visão *pragmática* das ciências coloniais,

<sup>46</sup> Michael Worboys, *Science and British Colonial Imperialism, 1895-1940* (Sussex: University of Sussex/ Ph.D dissertation, 1979).

<sup>47</sup> Decreto-Lei n.º 35395, de 26 de Dezembro de 1945. Decreto de reforço da soberania nacional, ao vincar o projecto de “ocupação científica” do Ultramar.

<sup>48</sup> Rui Pereira, “Introdução à Reedição de 1998”, in *Os Macondes de Moçambique...*

<sup>49</sup> Michael Worboys, *Science and British Colonial Imperialism, 1895-1940...*, 400.

<sup>50</sup> Nuno Porto, *Modos de Objectificação da Dominação Colonial: o caso do Museu do Dundo, 1940-1970* (Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação para a Ciência e Tecnologia, 2009), 104.

estas visam construir um conhecimento aplicável com proveitos para a administração colonial (nos âmbitos da política, economia, educação e medicina), enquanto que para os *académicos*, a construção de um *corpus* científico é uma construção desinteressada, visando o conhecimento puro. Para os primeiros a Medicina Tropical seria o exercício de uma Medicina para melhor possibilitar a aquisição e rentabilização de proveitos coloniais, enquanto que para os académicos, seria essencialmente Medicina, apesar de lidar com quadros nosológicos e tratamentos específicos dos trópicos, em muito, distintos da metrópole<sup>51</sup>.

Num Colóquio realizado na *Junta de Investigações Coloniais* em 30 de Dezembro de 1949, Orlando Ribeiro profere uma comunicação intitulada “*Problemas da Investigação Científica Colonial*” criticando a falta de autonomia na investigação científica, declarando o imperativo de uma contribuição portuguesa para a ciência, “...cada país, se por um lado tem o dever de contribuir para o reconhecimento dos territórios que lhe pertencem pelos seus homens de estudo, tem por outro a obrigação de trazer uma contribuição nacional para os problemas gerais da ciência”<sup>52</sup>.

Marcelo Caetano toma de seguida a palavra e justifica o enquadramento institucional das pesquisas científicas, em função dos objectivos políticos nacionais, deixando antever a importância política e estratégica que o saber colonial representa:

“Orlando Ribeiro disse e é verdade: a ocupação científica do Ultramar representa para um país colonial uma obrigação. Representa por outro lado uma conveniência, que é a de firmar títulos de soberania. Os títulos de soberania no século passado assentaram na ocupação efectiva, nos tratados, nas convenções, nas sentenças arbitrais. Hoje os nossos títulos de soberania têm que ser reforçados pela ocupação científica. Quer dizer, a investigação científica colonial é um objectivo político de primeira grandeza a atingir pelo Estado e é por isso que o Ministério das Colónias está directamente interessado [...]. No Ministério da Educação Nacional a investigação científica pode, na ordem das preocupações, ocupar o quarto, o quinto, o sexto lugar; no Ministério das Colónias trata-se de uma preocupação de primeiro plano”<sup>53</sup>.

Em sintonia com esta postura do regime estava a declaração expressa numa circular, em 1934, pela *Sociedade Portuguesa de Antropologia e de Etnologia*, aludindo ao I Congresso Nacional de Antropologia Colonial, estabelecendo a ponte entre conhecimento científico e interesse político:

“...o conhecimento destas populações (das colónias) sob os seus aspectos biológicos, étnicos e sociais está necessariamente na base de qualquer plano racional de organização e aproveitamento das colónias. Assim, os assuntos de que vai ocupar-se o Congresso, revestem, além do seu grande interesse científico, uma alta importância nacional”<sup>54</sup>.

---

<sup>51</sup> *Ibidem*.

<sup>52</sup> Orlando Ribeiro, *Problemas de Investigação Científica Colonial*: Colóquio realizado na Junta de Investigações Coloniais em 30 de Dezembro de 1949 (Lisboa: Ministério das Colónias. Junta de Investigações Coloniais, 1950), 7.

<sup>53</sup> Marcelo Caetano *cit.* por Rui Pereira, “Introdução à Reedição de 1998”, in *Os Macondes de Moçambique...*, xx.

<sup>54</sup> Mário Caneva Magalhães Moutinho, “O Fascismo em Portugal” *In Actas do Colóquio realizado na Faculdade de letras de Lisboa em Março de 1980* (Lisboa: Regras do Jogo, 1982), 422.

No Estado Novo a ciência é expressão de um projecto e argumento político. Enforma-se na noção de “metrópole móvel” de MacLeod<sup>55</sup> aludindo não apenas à ciência da metrópole (centro), mas também aos modos de fazer ciência característicos da metrópole no seu espaço colonial (periferia). Este conceito prevê a continuidade de dinâmicas nos modos e práticas científicas entre o centro e a periferia. Nestes termos, são lançadas expedições científicas, encetam-se missões de estudo, criam-se escolas e laboratórios. A ciência colonial incrementa os estudos científicos, fomentando os trabalhos e as áreas de estudo. É também o momento em que os investigadores se fixam localmente, mais ou menos dependentes da metrópole.

Impõe-se a distinção entre “colonialismo científico” e “ciência colonial”. Enquanto o “colonialismo científico”, é um processo político que se assume como deliberado, escalonado por metas parciais e pelos modos de as atingir, a “ciência colonial” é encarada como todo o conjunto de estruturas, instituições, preceitos e delimitações<sup>56</sup>. A ciência colonial aparece assim, estritamente associada à política e estratégias coloniais.

### **Permanecer: instituições metropolitanas nas colónias**

Após uma fase inicial, em que a empresa científica mais não é que a extensão da exploração geográfica (incluindo a inventariação dos recursos naturais), as décadas de 50 e 60 apontam para uma intensificação e expansão dos trabalhos da *Junta de Investigações Coloniais*.

Na “segunda fase de expansão” da designada “ciência colonial”, ter-se-á atingido o mais alto nível de actividade científica devido ao maior envolvimento, quer de cientistas quer do poder político na empresa científica colonial. Durante o início da segunda fase, a história natural continua a motivar grande parte do interesse científico, mas torna-se evidente que a ciência colonial aumenta os estudos científicos, aumentando-se os trabalhos e as áreas de estudo. É também o momento em que os investigadores se fixam localmente, mais ou menos dependentes da metrópole, pelo menos a partir de 1955, altura em que são criados os *Institutos de Investigação Científica, de Investigação Médica* e de *Investigação Agronómica de Angola e Moçambique*.

Os *Institutos de Investigação Científica de Angola e Moçambique*<sup>57</sup> foram, sob a égide da *Junta de Investigações do Ultramar*, as instituições pioneiras de investigação científica com presença permanente nas duas grandes províncias africanas, tendo por missão fomentar e desenvolver actividades de investigação no domínio das ciências geográficas, geofísicas, geológicas, biológicas e humanas. Apostava-se assim, no avanço do conhecimento científico dos territórios ultramarinos.

Os *Institutos de Investigação Médica de Angola e Moçambique*<sup>58</sup>, organicamente sob a tutela do *Instituto de Medicina Tropical* de Lisboa, integravam-se na sua actividade científica.

<sup>55</sup> Roy MacLeod, “On Visiting the 'Moving Metropolis': Reflections on the Architecture of Imperial Science” in *Scientific Colonialism: A Cross Cultural Comparison*, eds. Nathan Reingold e Marc Rothenberg (Washington, D.C.: Smithsonian Institution Press, 1987).

<sup>56</sup> Roy MacLeod, “On Visiting the 'Moving Metropolis'...”

<sup>57</sup> Criados pelo Decreto n.º 40.078, de 7 de Março de 1955 e regulamentados pelo Decreto n.º 41.029, de 15 de Março de 1957.

<sup>58</sup> Criados pelo Decreto n.º 40.078, de 7 de Março de 1955 e regulamentados pelo Decreto n.º 41.536, de 24 de Fevereiro de 1958.

A estes institutos competia promover e desenvolver a investigação em ciência médicas, cooperar na investigação entre instituições ultramarinas, metropolitanas e estrangeiras, difundir o conhecimento científico produzido, promover a aplicação dos conhecimentos médicos em benefício da saúde do homem e do bem-estar das sociedades, tendo em vista o progresso económico e social de todo o ultramar português. Assumiam como competência central a divulgação/propaganda de todas as actividades desenvolvidas no âmbito da medicina, nas outras províncias, na metrópole e no estrangeiro. Estes *institutos* pretendiam ser o equivalente aos *Institutos Pasteur* difundidos e instituições de referência na África Francesa.

Torna-se evidente a emergência da ideia de uma política científica ao serviço da valorização das colónias, e que assume determinadas características. Da extensão às colónias de instituições de produção de saber colonial, sobressai a criação da *Escola Médico-Cirúrgica de Nova Goa*<sup>59</sup> e do *Centro de Estudos da Guiné Portuguesa* em 1946, pelo governador Sarmento Rodrigues.

A *Escola Médico-Cirúrgica de Nova Goa* funcionou entre 1842 e 1961, licenciando cerca de mil médicos, cirurgiões e farmacêuticos. Estes licenciados, quase todos oriundos de Goa, não podiam exercer a sua actividade profissional em Portugal ou atingir cargos de chefia, excepto se repetissem o curso e se submetessem a novos exames no reino. Estava-lhes destinada, portanto, uma posição subalterna nos serviços de saúde das colónias de África ou mesmo Timor e Macau, locais onde só aí poderiam exercer<sup>60</sup>.

Em 1945, com a aproximação do ciclo de comemorações do quinto centenário do império português, a *Junta* sofre uma primeira remodelação, sendo criadas missões antropológicas e etnológicas, no ano seguinte, é criado o Centro de Estudos de Cartografia e Geografia Colonial e núcleos de investigação nas colónias – nomeadamente o *Centro de Estudos da Guiné Portuguesa*.

No caso da Guiné Portuguesa, o *Centro de Estudos da Guiné Portuguesa*<sup>61</sup>, enquanto exemplo de reforma científico-institucional, desenvolveu um papel preponderante no estudo e divulgação de múltiplos estudos, nas mais diversas áreas do saber colonial<sup>62</sup>, havendo uma intensificação de trabalhos de campo relativos às estruturas tradicionais e etnografias locais (sobressaem os estudos de Teixeira da Mota, António Carreira, Fernando Rogado Quintino, Manuel Belchior, José Mendes Moreira, entre outros) e investimento na investigação em áreas como a história, geografia, geologia, economia, botânica, zoologia, medicina tropical, veterinária, agricultura, hidrografia, política e administração colonial, literatura, entre outras. Do trabalho desenvolvido, resultou grande base do conhecimento científico do século XX sobre a Guiné portuguesa, contribuindo indiscutivelmente para a ocupação científica desta colónia.

<sup>59</sup> Cristiana Bastos, “O ensino da medicina na Índia colonial portuguesa: fundação e primeiras décadas da Escola Médico-Cirúrgica de Nova Goa”, *História, Ciência Saude – Manguinhos* (vol. 11, supl. 1, 2004): 11-39; Cristiana Bastos, “Medicina, império e processos locais em Goa, século XIX”, *Análise Social*. (vol. XLII (182), 2007), 99-122.

<sup>60</sup> Cristiana Bastos, “O ensino da medicina na Índia colonial portuguesa...”

<sup>61</sup> Centro criado pelo governador da Guiné, Almirante Sarmento Rodrigues, em 22 de Julho de 1946, com o objectivo de promover o desenvolvimento cultural da Guiné, organizar o Museu da Guiné Portuguesa e dirigir e publicar o Boletim Cultural da Guiné Portuguesa.

<sup>62</sup> Clara Carvalho, “O olhar colonial: antropologia e fotografia no Centro de Estudos da Guiné Portuguesa”, *In Clara Carvalho e João de Pina Cabral (orgs.), “A persistência da história. Passado e contemporaneidade em África”*, (Lisboa: ICS, 2004), 119-145.

Para a divulgação da produção científica do *Centro de Estudos da Guiné Portuguesa* surgiu, no mesmo ano, pela mão do governador Sarmento Rodrigues, o *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*, “órgão de informação e cultura da colónia”, que publicaria 111 volumes entre 1946 e 1973, assim como um conjunto de monografias etnográficas e de estudos da história da expansão e literatura de viagens. O *Boletim* seria considerado por vários especialistas, entre os quais René Pélissier, como a melhor publicação periódica científica das colónias portuguesas, tal como este *Centro de Estudos*, foi reconhecido como instituição científica colonial de excelência, resultando num ciclo de saber que ficaria conhecido como a “geração do boletim cultural”. Da análise do *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa* este afigura-se como um instrumento de comunicação ímpar, tradutor da efectiva *Ocupação* do território, respondendo aos imperativos de política colonial, contribuindo desse modo para a edificação e manutenção da *noção* de Império.

A par das investigações nas diversas áreas levadas a cabo pela *Junta das Missões Geográficas e de Investigações Coloniais*, as questões de investigação das ciências médicas, com olhar dirigido para as colónias, cabem a outra instituição de referência da metrópole – o *Instituto de Medicina Tropical*, que se ocupa do estudo das *doenças exóticas* e da *higiene* nos trópicos.

A Medicina emergiu como ferramenta científica, auxiliar no processo e sucesso coloniais. As missões científicas realizadas entre 1902 e 1935 e desenhadas pela *Escola de Medicina Tropical* de Lisboa contribuíram para o enriquecimento do discurso colonial que se apoia na medicina tropical como ferramenta ideológica do Império e da colonização<sup>63</sup>. A II Guerra Mundial assinala a transição de uma ideologia colonial assente na apologia da raça e no dever histórico de colonizar, para uma ideologia de teor luso-tropicalista. Após 1945, as Nações Unidas dirigem as suas atenções para a questão fundamental do colonialismo. Portugal, procura melhorar as suas expectativas, reembalando o seu imperialismo o que passava pelo redefinir da sua *missão civilizadora*. No pós-guerra, em especial, assistiu-se a um relançar da investigação científica colonial (que emerge como uma valiosa arma política, onde Portugal terá de demonstrar que ocupa efectivamente os territórios, demonstrando-o de forma científica) e a um maior investimento em infra-estruturas básicas<sup>64</sup>.

Atribui-se um novo papel ao médico nos trópicos, enquanto agente social prestador de um serviço público e enquanto “agente de penetração e persuasão”<sup>65</sup>. Há um reforço na tentativa de aproximar a medicina europeia (afastando ao mesmo tempo da medicina tradicional) das populações locais. A medicina tropical emerge como elemento da *missão civilizadora* e argumento de defesa do colonialismo, perante a contestação internacional, a partir da década de 1950. O *Estado Novo* na construção da sua narrativa, exhibe a Medicina como

---

<sup>63</sup> Isabel Amaral, “The emergence of tropical Medicine in Portugal: The School of Tropical Medicine and the Colonial Hospital of Lisbon (1902-1935)”, *Dynamis* (vol. 28, 2008), 301-328.

<sup>64</sup> Também na sequência da *Conferência de Bandung* (1955), numa tentativa de relançar o seu papel “humanitário”, Portugal reforçar o seu investimento em estruturas e programas de saúde, assim como na reconfiguração dos discursos em torno das colónias (províncias ultramarinas) e dos seus habitantes locais. Tal como vimos na disciplina Antropológica, como instrumento colonial, também a medicina, não mudando métodos de acção, muda discursos sobre o *Outro*.

<sup>65</sup> Eurico de Almeida, “*Da Assistência Médica as Indígenas na Colónia da Guiné Portuguesa*”, (Bolama: Imprensa Nacional., 1935).

elemento fundamental e justificativo da sua presença em África e da *Missão Civilizadora*: a Medicina como Propaganda (para *consumo* interno e externo). O saber colonial como um *saber-poder*, na procura da construção de um argumento pertinente, justificativo, da política colonial para divulgar interna e externamente e no qual a Escola de Medicina Tropical desempenha um papel central.

### Nota Final

Todas as missões de investigação científica, temporárias ou permanentes, levadas a cabo pelas diferentes instituições da metrópole aos territórios ultramarinos, contribuindo para a *empresa da* ocupação científica do ultramar, para lá do mero interesse e motivações dos investigadores de investigar e conhecer (numa lógica de *ciência pela ciência*), estes foram norteadas por uma finalidade e estratégia política. *Conhecer é Poder* e é na relação das Universidades com os organismos de investigação ultramarina que esse conhecimento colonial é produzido, aprofundado e reproduzido, de modo a autoridade colonial melhor *poder* orientar e explorar os diversos recursos existentes e *poder* afirmar-se politicamente no plano nacional e internacional.

A ocupação científica das colónias (através do seu estudo nas mais diversas vertentes) emerge como fundamento político, como via para a exploração económica das colónias, ao mesmo tempo que permite o desenvolvimento e progressos das próprias ciências. Este desenvolvimento científico implica o desenvolvimento de instituições na metrópole, responsáveis pela organização e realização de investigação científica colonial, assim como nas próprias colónias são criados organismos de estudo científico.

Levar a civilização aos territórios tropicais que se pretendiam dominar, era levar a fé, a moral, os bons costumes, a higiene, os cuidados de saúde, a cultura ocidental mas também fomentar a exploração económica dos bens naturais aí existentes. Para lá das glórias e conquistas passadas, fruto directo das descobertas e expansão de *quinzentos*, a *Conferência de Berlim* (1885) vem impor um novo paradigma de afirmação dos títulos de posse desses espaços ultramarinos. Dominar essas possessões, como termo de afirmação de política internacional, importa observar a fórmula: *conhecer para possuir e dominar*, o que só é alcançado pela plena e empenhada *Ocupação Científica* dos territórios de além-mar.